



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

26ª Reunião Plenária – Lisboa, 29 e 30 de novembro de 2012

ACTA DA REUNIÃO

Nos dias 29 e 30 de novembro de 2012 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 26ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa/SPAD, nos termos da alínea b., parágrafo 2. do Cap. III do Normativo do SPAD, aprovado por ocasião da III Reunião dos Ministros da Defesa, realizada em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000.

Presidiu à Reunião o Dr. Nuno Pinheiro Torres, Diretor-geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, como Coordenador do SPAD.

Participaram os Delegados dos Ministérios da Defesa Nacional e dos Estados-Maiores-Generais das Forças Armadas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como o Diretor do CAE.

Não estiveram presentes os Delegados da Guiné-Bissau. Assistiu ainda à reunião o Dr. Miguel Levy, em representação do Secretariado Executivo da CPLP.

Na abertura dos trabalhos, o Diretor-Geral, Coordenador do SPAD desejou a todas as delegações presentes, bem como ao representante do Secretariado Executivo da CPLP, as boas-vindas a esta 26ª reunião do Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa da CPLP. Lamentou a ausência da Guiné-Bissau e o momento difícil que estão a atravessar. Realçou a importância destas reuniões no atual contexto internacional, em que temas como a segurança marítima, a segurança energética, a segurança alimentar, o acesso à água e às situações resultantes das alterações climáticas, são problemas para os quais devemos estar preparados.

Felicitou o Brigadeiro Salazar, como primeiro diretor do CAE e responsável pelo seu lançamento, pelo excelente trabalho desenvolvido na promoção da Componente de Defesa da CPLP. Congratulou o Dr. Francisco Azevedo, pelas suas novas funções, desejando-lhe um bom trabalho e sucesso para a sua relevante missão. A eficácia da atividade do CAE é objetivo de toda a componente de Defesa da CPLP, pelo que todos nos devemos congratular.

Declarou aberta a 26ª reunião do SPAD, fazendo votos para que a reunião fosse produtiva.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like "MPT", "Caun", "Ne", "T. God", "B. G. P.", "A. H.", "D. M.", "L. H.", and "A. P."



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Terminou informando que iniciaria a reunião e que para efeitos do prosseguimento e condução dos trabalhos na sua ausência, se faria representar pela Dra. Leticia Bairrada.

Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos

Colocada a Agenda à consideração do Plenário, a mesma foi aprovada por consenso.
(Anexo A – Agenda de Trabalhos).

Ponto 1 – Centro de Análise Estratégica (CAE)

a) Tomada de posse do Diretor do CAE

O Coordenador do SPAD renovou os votos de bom trabalho ao novo diretor do CAE.

b) Proposta de aumento da Contribuição Financeira dos Estados Membros para o Fundo Especial do CAE
- posição formal dos Estados-Membros

Face à não realização em 2012 de reunião de MDN/CPLP e com vista a não inviabilizar o Plano de Atividades e Orçamento de Suporte para 2013 que contempla já o novo valor de USD 6,000 por Estado-Membro, foi solicitado pelo coordenador do SPAD, via DPDN dos Estados-Membros, que os MDN/CPLP individualmente se pronunciassem quanto a este aumento da contribuição para os anos de 2013 e 2014. Foi pedido às delegações que viessem habilitadas com esta resposta para podermos aprovar o valor dos 6.000 USD para os anos de 2013 e 2014.

A delegação de Angola informou aguardar a posição oficial do MDN, embora considere até ao final de dezembro de 2012 possa haver resposta.

A delegação do Brasil referiu ter já havido concordância pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, aguardando a posição do MD.

A delegação de Cabo Verde aguarda também para a semana a resposta oficial do MDN.

A delegação de Moçambique, apoia o aumento da contribuição, apesar de estatutariamente estar isenta de pagamento.

A delegação de Portugal confirmou a concordância com o aumento.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin:
VAT
Carrilho
↓
Tóch
15-0-2013
A. H.
↓
Fm
↓
[Signature]



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação de São Tomé e Príncipe informou que avaliada a questão pelas respetivas autoridades o novo valor para a contribuição não foi aprovado, devendo manter-se o valor atual.

A delegação de Timor-Leste aguarda informação oficial a transmitir pelo Secretário de Estado da Defesa.

Face à não existência de consenso verificada, o Coordenador propôs dois níveis de contribuição para 2013, dependendo dos Estados-Membros.

A delegação de Angola considerou que a proposta em análise que foi apresentada pelo Conselho Consultivo em janeiro de 2012, deveria ser mantida, sendo que os Estados-Membros que concordam com o aumento pagarão os USD 6000 no ano de 2013, posição corroborada pela delegação do Brasil, que realçou a dificuldade, por questões administrativas, em garantir o pagamento até 31 maio de cada ano, sugerindo o limite de julho para o pagamento.

A delegação de Cabo Verde manifestou a sua discordância com a possibilidade de contribuições diferenciadas, reconhecendo no entanto as dificuldades financeiras do CAE e a necessidade de aumento de contribuição para o Fundo Especial.

O representante do Secretariado Executivo da CPLP esclareceu que as quotas dos Estados-Membros para a CPLP são diferentes e foram calculadas com base em diferentes fatores.

O Coordenador referiu poder concluir-se que se mantém o aumento e que os Estados-Membros que em 2013 não aprovarem a atualização da contribuição, mantenham o valor atual de USD 3,500. Esta decisão implicará a revisão do orçamento do CAE para 2013.

Ficou também definido que os Estados-Membros que ainda não têm posição oficial, a deverão transmitir ao SPAD até ao final de dezembro 2012.

- c) Ponto de situação sobre a atualização do projeto de Regulamento, em coordenação com os Núcleos Nacionais

O diretor do CAE começou por agradecer a todos os presentes o apoio na sua nomeação, a confiança e a ajuda de que vai necessitar para o arranque das atividades do CAE. Agradeceu ao Brigadeiro Salazar o seu excelente trabalho e a estrutura já criada e pronta a avançar. Agradeceu também o apoio que lhe tem sido dado pelo MDN de Moçambique, bem como o enorme esforço financeiro que o CAE representa para aquele país (cerca de USD 50.000/ano). Renovou o apelo à regularização das

MP
Caminho
An
Foch
Moz
S. Salazar
J. Salazar
J. Salazar
J. Salazar



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

contribuições em atraso pelos Estados-Membros, que poderão comprometer as atividades do Centro. Está a desenvolver esforços junto de instituições públicas e privadas e contactos ao nível político-diplomático, bem como nas estruturas militares. Aproveitou para agradecer ao Brasil o apoio na oferta do servidor de Internet.

O diretor informou ainda que o projeto de Regulamento vem do seu antecessor, tendo sido introduzidas pequenas alterações ao mesmo.

Alertou para aspetos como o ato da tomada de posse, a convocação do Conselho Consultivo, os termos de referência do quadro de pessoal do CAE para possibilitar maior flexibilidade em caso de necessidade da sua alteração, que deverão ser analisados com vista à alteração do Estatuto.

Deverá ser elaborada nova proposta de documento a ser analisada no II Conselho Consultivo do CAE, para que se obtenha um acordo no texto a ser posteriormente submetido ao SPAD.

d) II reunião do Conselho Consultivo do CAE

O diretor informou estar a prever que a II reunião do Conselho Consultivo decorra nos dias 6,7 e 8 de fevereiro de 2013, com a realização de um seminário à porta fechada com cerca de 40-50 elementos e peritos nas áreas de defesa e segurança, bem como contará com a presença dos Embaixadores do grupo da CPLP em Maputo, convidando também peritos das diferentes áreas. Prevê também a realização de um pequeno seminário sobre Segurança Marítima a realizar em setembro de 2013.

e) Apresentação pelo Diretor da proposta de nova programação/reajustamento das atividades do CAE

O Diretor apresentou as suas intenções para o ano 2013, nomeadamente:

- O estreitar das relações com os Núcleos Nacionais de cada país;
- Analisar a possibilidade da existência de contribuições financeiras privadas;
- A realização de 3 seminários, tendo como temas a defesa, a segurança alimentar e a segurança marítima;
- A divulgação internacional por meios digitais da existência do CAE, através do Facebook, Blog e página de Internet.
- Plano trienal para 2013-2015

O Coordenador do SPAD concordou com a importante articulação com os Núcleos Nacionais.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin:
WPP
Cav
M
F
R
S
L
A



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação do Brasil considerou que os Núcleos Nacionais precisam de ter vida, trocar informações e acentuarem a sua importância na Componente de Defesa da CPLP, conforme se demonstra pela inclusão de um elemento do Núcleo Nacional do CAE nesta delegação.

A delegação de Angola subscreveu as anteriores posições, e reiterou a sua disponibilidade para o apoio ao CAE e ao seu diretor.

O Coronel António Pinheiro apresentou-se como recém-nomeado Diretor de Serviços da Cooperação Técnico-Militar e fez uma retrospectiva sobre a sua anterior experiência na Cooperação Técnico-Militar, nas áreas multilateral e especialmente na criação do CAE/CPLP.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Carmita', 'Am', 'Frank', '23/02/21', and 'A. A. L. L.', along with a large signature at the bottom.

Ponto 2 – Recomendações do III Simpósio das Marinhas da CPLP

- a) Declaração relativa aos Espaços Marítimos sob soberania ou jurisdição dos Estados-Membros da CPLP. Reavaliação do documento.

Na sequência do acordado na 23ª e 24ª reunião do SPAD, a Declaração relativa aos Espaços Marítimos sob soberania ou jurisdição dos Estados-Membros da CPLP foi analisada no III Simpósio das Marinhas da CPLP. O Simpósio considerou não se proceder à assinatura da Declaração da forma proposta, por não se enquadrar nos objetivos gerais da CPLP, tendo sido sugerido que a Declaração fosse reavaliada pelo SPAD.

A representante do Coordenador do SPAD colocou à consideração das delegações para que se pronunciassem quanto à reformulação da Declaração ou pelo contrário, que o sentido das Recomendações do Simpósio, poderiam contribuir para o objetivo global da procura de sinergias e para a almejada cooperação entre as Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP.

A delegação do Brasil considerou não haver necessidade na assinatura da Declaração, devendo ser seguidas as considerações do III Simpósio, posição aceite pelas restantes delegações, pelo que este assunto ficou encerrado.

- b) Simpósio das Marinhas como órgão da componente de Defesa da CPLP – sua integração no Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Nos termos decididos no Simpósio, a Marinha do Brasil enviou documento dirigido ao Coordenador do SPAD, com a proposta de inclusão do Simpósio das Marinhas da CPLP (SMCPLP) como Órgão da Componente de Defesa da CPLP e como tal incluído no Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, com a denominação de "Conferência das Marinhas da CPLP" (CMCPLP), o que foi aceite por todas as delegações.

Nesta sequência o SPAD apresenta uma proposta de Adenda ao Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa:

Artigo 5º

Estrutura

São órgãos da Componente de Defesa da CPLP:

- a) ...
- g) *Conferência das Marinhas da CPLP*

A presente proposta foi positivamente apreciada neste fórum (uma vez que já foi objeto de consenso dos CEMA/CPLP), devendo ser submetida à apreciação da 15ª reunião de CEMGFA/CPLP e aprovada na XIV reunião de MDN/CPLP.

- c) Debate sobre outras Recomendações do Simpósio. Recomendação nº 13 – Certificação, treino e avaliação das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP: Apresentação pela delegação de Portugal.

Na Recomendação nº 13 do Simpósio, a Marinha Portuguesa disponibilizou facilidades de certificação, treino e avaliação às Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, através de um centro integrado de treino e avaliação e equipas móveis de avaliação modulares e configuráveis. Neste fórum foi efetuada a apresentação das potencialidades existentes na Base Naval de Lisboa, com vista à criação de um Centro de Treino e Avaliação da CPLP (Anexo B).

A representante do Coordenador do SPAD solicitou a posição de cada delegação, tendo as delegações congratulado a Marinha portuguesa pela sua apresentação, comprometendo-se no prazo de dois meses (até ao final de janeiro de 2013) a apresentar ao SPAD uma posição oficial sobre esta proposta. (Anexo B – Centro de Certificação, treino e avaliação das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP).

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the name "Camila" and other illegible signatures.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

PONTO 3 - SAÚDE MILITAR

A representante do Coordenador do SPAD fez uma retrospectiva sobre esta questão; na sequência da apresentação por Angola da proposta de Estatutos para um Comité de Saúde Militar da CPLP, ficou acordado que Portugal apresentaria uma solução intermédia que assegurasse a continuidade e cadência da discussão das matérias relacionadas com a Saúde Militar. Presente na 14ª reunião de CEMGFA, em agosto 2012, foi considerado que a proposta deveria ser detalhada e refinada pelo SPAD. O documento foi disponibilizado aos delegados e após discussão aturada, as delegações angolana e brasileira suscitaram dúvidas relativas à periodicidade do Fórum e dos Encontros de Saúde Militar, ao número máximo de participantes, tendo a delegação de Moçambique questionado sobre os objetivos e conteúdos a desenvolver pelo Fórum (uma vez que a ideia inicial era apoiar, desenvolver e incrementar as recomendações dos Encontros de Saúde Militar da CPLP).

A delegação de Portugal apresentou nova proposta a qual será circulada pelos Estados-Membros para análise, comprometendo-se ao envio de contributos ao SPAD até ao final de janeiro de 2013, para apreciação na 15ª reunião de CEMGFA/CPLP e aprovação na XIV reunião de MDN/CPLP.

(Anexo C – Fórum de Saúde Militar da CPLP).

PONTO 4 - EXERCÍCIO FELINO

a) Ponto de situação relativo ao Exercício Felino 2012 em formato de Exercício na Carta (EC), a realizar em Moçambique. Apresentação pela delegação de Moçambique.

A delegação Moçambicana, comunicou que já foram realizadas a Conferência Inicial de Planeamento (CIP) e a Conferência Principal de Planeamento (CPP) do Exercício Felino. Irá ocorrer entre 10 e 14 de dezembro de 2012 em Maputo, a Conferência Final de Planeamento (CFP). Na restante comunicação apresentou a necessidade da assinatura do Acordo Técnico na Conferência Final de Planeamento, bem como uma síntese sobre o apoio administrativo-logístico para o Exercício Felino.

As delegações concordaram com a assinatura do Acordo Técnico durante a CFP.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação Portuguesa questionou se o cenário do Exercício era o mesmo para o Felino 2012 e para o Felino 2013. Também questionou sobre os apoios administrativo-logísticos para o Felino 2012. As delegações de Moçambique e do Brasil esclareceram estas questões.

(Anexo D – Felino 2012 – Acordo Técnico).

- b) Ponto de situação relativo ao Exercício Felino 2013 em formato de Forças no Terreno (FT) a realizar no Brasil. Apresentação pela delegação do Brasil.

A delegação do Brasil começou por agradecer o acolhimento tido em Moçambique aquando da sua presença na CPP. A apresentação versou sobre o exercício Felino 2013, a identificação da sua estrutura, das suas componentes, bem como propostas de calendário e alteração da data do exercício de 2012.

As restantes delegações apreciaram esta apresentação. A delegação de São Tomé e Príncipe lembrou que no passado alguns países apoiavam o transporte aéreo dos militares dos Estados-Membros que o solicitassem. As delegações concordaram na análise destas questões durante a CFP.

(Anexo E – Felino 2013).

- c) Proposta de Portugal na 14ª reunião de CEMGFA - envolvimento de forças especiais no Exercício Felino e construção de base de dados sobre as suas capacidades. Apresentação pela delegação de Portugal.

Na 14ª reunião de CEMGFA, foi proposto por Portugal o envolvimento de forças especiais no Exercício Felino e a construção de uma base de dados sobre as suas capacidades. A delegação de Portugal fez uma apresentação sobre este tema, com as seguintes propostas:

- Participação de elementos de Forças Especiais no Exercício FELINO 2013;
- Recomendação pelo SPAD de criação de Grupo de Trabalho (GT) com um Estado-Membro coordenador, para elaboração de base de dados que permita a criação de uma rede Special Operation Forces (SOF) CPLP (o GT poderá ser investido no Exercício FELINO 2013) e apresentará os Termos de Referência ao SPAD para aprovação pelos Estados-Membros.

O documento foi disponibilizado às delegações para posterior tomada de posição.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin:
V.O.
C...
M...
H...
V...
D...
L...
A...



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação do Brasil felicitou a iniciativa, contudo considera não ser adequada a participação de Forças Especiais no exercício em 2013 atendendo a que as novas Normas de Realização do Exercício Felino não preveem a sua participação. Por outro lado, atendendo a que estes exercícios visam a interoperabilidade das forças para operações de apoio à paz ou missões humanitárias e sabendo que as Nações Unidas não preveem a participação de Forças Especiais nestas missões e operações, estas poderão apenas ser integradas por acréscimo e não em exclusividade.

As delegações de Cabo Verde e Moçambique irão submeter superiormente esta proposta para apreciação, assim como a delegação de Timor-Leste.

A delegação de São Tomé subscreve a posição brasileira.

Prestados os esclarecimentos necessários pela delegação de Portugal, ficou acordado que o assunto deverá ser incluído na Conferência Inicial de Planeamento do Felino 2013.

(Anexo F - Envolvimento de Forças Especiais no Exercício FELINO e construção de base de dados sobre as suas capacidades)

PONTO 5 – REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DA CPLP

Ponto de situação relativo à 15ª reunião de CEMGFA/CPLP

De acordo com o Regimento Interno das reuniões de CEMGFA/CPLP, caberia a Portugal a organização da 15ª reunião em 2013. Face à existência de outros compromissos já assumidos, Portugal solicitou a São Tomé e Príncipe que assumisse a reunião em 2013, organizando Portugal a 16ª reunião em 2014.

O CEMGFA de São Tomé e Príncipe enviou uma carta ao seu homólogo português manifestando a disponibilidade para acolher a reunião, em data a acertar concertadamente em sede de SPAD.

A representante do Coordenador do SPAD, sugeriu que esta questão fosse analisada conjuntamente com o Ponto seguinte – reunião de MDN/CPLP.

(Anexo G – Ofício CEMGFA São Tomé e Príncipe)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'M...', 'Cecilia', 'Ferd', 'M...', 'H...', 'G...', 'L...', and 'A...'.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

PONTO 6 – REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA DA CPLP/ REUNIÃO DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA CPLP

Ponto de situação relativo à XIV reunião de MDN e à V reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional Face ao cancelamento da reunião em 2012, a delegação de Moçambique disponibilizou-se para acolher a reunião em 2013, tendo no entanto solicitado um pedido oficial do SPAD nesse sentido.

Face aos compromissos já assumidos pelos diferentes países, foi questionado se seria a reunião de CEMGFA/CPLP em abril e a de MDN e de DGPDN/CPLP em maio. Face à não existência de uma data concreta, a delegação de Timor-Leste propôs que as datas sejam abril de 2013 para a reunião de CEMGFA e maio de 2013 para a reunião de DGPDN e MDN/CPLP, como vinha sendo prática. Na impossibilidade de ser cumprido este calendário, os países responsáveis pela realização destas reuniões deverão informar o SPAD até ao fim de 2012.

PONTO 7- PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DA CPLP NO DOMINIO DA DEFESA

As delegações dos Estados-Membros presentes que ainda não concluíram esse processo, a saber Angola e Moçambique, deram nota de que o mesmo se encontra em curso.

A delegação de Portugal informou que o Protocolo foi aprovado em Conselho de Ministros. A delegação de Timor-Leste informou que o diploma foi já aprovado e publicado.

PONTO 8 - NOTÍCIAS DE INTERESSE PARA A CPLP

A delegação de Angola informou que Sua Excelência o Presidente da República, em 28 de novembro, conferiu posse ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, seus adjuntos e ao Comando da Polícia Nacional. Informou também que a 3 de dezembro, na cidade de Luanda, terá lugar a 14ª reunião bilateral Luso-Angolana no domínio da defesa.

A delegação de Cabo Verde informou a aprovação dos novos Estatutos dos Militares das Forças Armadas Cabo-Verdianas, onde se encontra previsto pela primeira vez a existência dos postos de Oficial General.

Vitor
Carmen
M
Frod
C. S. S.
J. H. E.
L. S.
L. S.
L. S.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A delegação de Moçambique salientou a realização do 10º Congresso da Frelimo, partido do Governo. Após este Congresso sucederam alterações governamentais, sendo de destacar a do Primeiro-ministro.

A delegação de São Tomé e Príncipe informou que no passado dia 1 de setembro de 2012, tomou posse o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas que é pela primeira vez um Oficial General.

A delegação de Timor-Leste comunicou o fim das atividades operacionais das missões da Polícia das Nações Unidas e da Força de Estabilização Internacional em 31 de outubro de 2012, cuja retirada formal será até 31 de dezembro 2012, ficando um pequeno núcleo até abril de 2013 para o encerramento das instalações.

O representante do Secretariado Executivo da CPLP aproveitou para distribuir breve resumo biográfico do Embaixador Murargy, nomeado Secretário Executivo da CPLP na Cimeira de Maputo.

(Anexo H – Curriculum Vitae do secretário Executivo da CPLP)

O diretor do CAE convidou os participantes do Exercício Felino para uma visita de trabalho ao CAE. O diretor solicitou às diferentes delegações, o envio para o CAE de notícias com a finalidade da sua colocação na página do Facebook (centro de análise estratégica da comunidade de países de língua portuguesa) Blog (<http://centrodeanaliseestrategicacplp.blogs.sapo.pt>) e site (em construção). Também lembrou da possibilidade, por sua solicitação, da colocação de assessores dos Estados-Membros na estrutura do órgão.

PONTO 9 – DIVERSOS

A delegação de Timor-Leste, por incumbência do seu Secretário de Estado da Defesa foi mandatada para transmitir a iniciativa a ser formalmente apresentada na próxima reunião de MDN/CPLP, de que a partir de 2014 pretendem realizar com uma periodicidade anual, conferências internacionais, com a presença de Ministros da Defesa e CEMGFA da CPLP e países vizinhos de Timor-Leste. Poderá incluir peritos na área da defesa e segurança, suportando este Estado Membro todos os encargos para dois elementos por delegação.

Nº 100
Cavaleiro
M
H
C
J
L
L
L



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

- Anexo
- A - Agenda da 26ª Reunião do SPAD
 - B - Centro de Certificação, treino e avaliação das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP
 - C - Fórum de Saúde Militar da CPLP
 - D - Felino 2012 – Acordo Técnico
 - E - Felino 2013
 - F- Envolvimento de Forças Especiais no Exercício FELINO e construção de base de dados sobre as suas capacidades
 - G- Ofício CEMGFA São Tomé e Príncipe
 - H- Curriculum Vitae do secretário Executivo da CPLP

Lida e aprovada a Ata, seguem as assinaturas do Coordenador do SPAD, de todos os Delegados presentes e do Representante do Secretariado Executivo da CPLP.

Lisboa, aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze

O Coordenador do SPAD

Dr. Nuno Pinheiro Torres

A Delegação de Angola

Cor Camilo João Manuel



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A Delegação do Brasil

CMG Emilson Paiva de Faria
Cor. José Mário Alves de Souza


Cor. Joanes Gregoratto
Delegado do Brasil

Cor. Luciano Puchalski
Cor. Marcos Antonio Ribeiro

A Delegação de Cabo Verde

Major António Jorge Silva Rocha

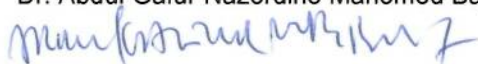


Major José António da Graça



A Delegação de Moçambique

Dr. Abdul Gafur Nazordine Mahomed Bay

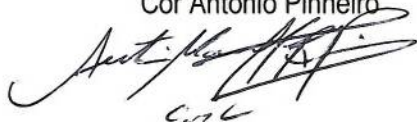


Cor Nicolau Madeira



A Delegação de Portugal

Cor António Pinheiro


Cor

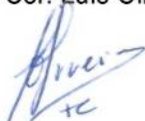


CMG José Eduardo Madureira F. Costa



Drª Maria Leticia Bairrada

TCor. Luís Oliveira


TC

TCor. Paulo Veloso


R



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa



TCor Alfredo Marçal Lima

A Delegação de São Tomé e Príncipe



Major Acácio Albuquerque Viegas



Dr. João de Corte Real Araújo

A Delegação de Timor-Leste



Dr. Martinho Maia Gonçalves

O Representante do Secretariado Executivo da CPLP



Dr. Miguel Levy

O Diretor do CAE



Dr. Francisco Azevedo